



opinião

Constantino Piçarra: “Parece ser evidente que a aplicação de uma norma internacional que estabelece o acesso à água como um direito fundamental não é compaginável com a transformação deste líquido imprescindível à vida numa mercadoria, através da entrega da sua captação e/ou distribuição em alta e/ou em baixa a empresas de maioria ou não de capital público que tenham por objectivo o lucro.”

O acesso à água, um direito humano

Na altura em que escrevo esta crónica (11/07/2010) é mais que previsível que, até final do mês de Julho, a Assembleia Geral da Nações Unidas aprove, embora com a relutância dos EUA, uma resolução considerando o acesso à água potável e ao saneamento como um direito humano fundamental.

A confirmar-se a aprovação desta resolução, ela vai chamar a atenção para uma situação insustentável, pelo que é urgente que seja ultrapassada, e que segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) se traduz no facto de haver no planeta 884 milhões de pessoas que só muito dificilmente conseguem aceder a água potável e que todos os anos morrem cerca de 1,5 milhões de crianças com menos de cinco anos com doenças relacionadas, justamente, com o não acesso a água limpa e ao saneamento básico.

A ONU diz haver no planeta 884 milhões de pessoas que só muito dificilmente conseguem aceder a água potável e que todos os anos morrem cerca de 1,5 milhões de crianças com menos de cinco anos com doenças relacionadas, justamente, com o não acesso a água limpa e ao saneamento básico.

Independentemente da resolução destas situações limite, a aprovação do acesso à água como um direito humano fundamental levanta algumas questões em torno da aplicação da norma que todos os países, incluindo Portugal, deviam imediatamente equacionar.

Um dos termos desta equação tem a ver com a privatização da água. Parece ser evidente que a aplicação de uma norma internacional que estabelece o acesso à água como um direito fundamental não é compaginável com a transformação deste líquido imprescindível à vida numa mercadoria, através da entrega da sua captação e/ou distribuição em alta e/ou em baixa a empresas de maioria ou não de capital público que tenham por objectivo o lucro.

O segundo termo da equação prende-se

com a forma prática de concretização deste novo direito humano. No que me diz respeito, entendo que a melhor forma de o fazer é através da criação, por parte das câmaras, de três grandes escalões ao nível do consumo doméstico da água potável. Assim, os municípios que quisessem, de imediato, instituir este novo direito humano passariam a emitir as facturas de água da seguinte forma: os primeiros metros cúbicos consumidos, aqueles que se considerassem imprescindíveis à manutenção da vida, à confecção das refeições e à higiene pessoal, não seriam cobrados. Os metros cúbicos para além deste mínimo, os já constantes dum segundo escalão onde se cairia com banhos diários e algum desperdício, seriam cobrados pelos valores de custo da sua distribuição ou mesmo um pouco acima. Por fim, os metros cúbicos dum terceiro escalão, onde qualquer pessoa que enchesse a piscina com a água da rede se enquadraria, seriam cobrados por valores mesmo muito acima do preço de custo deste bem, com isto se conseguindo dois objectivos: evitar o gasto excessivo de água e colocar as famílias de maiores rendimentos a financiar a aplicação do princípio de acesso à água como um direito humano fundamental.

Num quadro onde a generalidade dos líderes mundiais, a maior parte deles bastante conservadores e situados bem à direita do leque político, toma consciência de que a água não só é um bem escasso e fundamental à vida, como não chega na quantidade e com a qualidade necessárias a cerca de 840 milhões de pessoas, ao ponto de, em conjunto, terem decretado o acesso a este precioso líquido como um direito humano fundamental, estranho seria que a esquerda instalada nos órgãos de decisão dos municípios do Alentejo fosse incapaz de fazer aprovar uma medida como esta que aqui se propõe ou outra semelhante, capaz de materializar o direito de todos de acesso à água.

Espero, pois, sem grande convicção, diga-se, que esta estranheza, à luz dos princípios que se diz defender, não se transforme em normalidade com em outras situações onde era importante, através de medidas objectivas, mostrar a diferença de governo entre esquerda e direita. ▶



Maria da Graça Carvalho*: “Para o próximo ano continuarei a trabalhar em prol dos interesses e dos anseios de todos os portugueses, e em particular da região do Alentejo, nas instâncias e fóruns europeus em que participo enquanto deputada eleita nas listas do PSD. Detalhes da minha actividade no Parlamento Europeu podem ser consultados em www.gracacarvalho.eu/”.

Um ano no Parlamento Europeu

Penso que retribuir a confiança em si depositada pelos eleitores deve ser apanágio de qualquer detentor de cargos públicos. Os portugueses deram-me um voto de confiança, elegendo-me, a 14 de Julho de 2009, para um mandato de cinco anos como deputada ao Parlamento Europeu. Honrar este voto de confiança significa para mim, acima de tudo, duas coisas. Por um lado, a importância e a nobreza do cargo para que os portugueses me elegeram exige que o exerça com total empenho e dedicação, não poupando esforços e assumindo todas as responsabilidades inerentes ao cargo. Por outro lado, sendo a função de deputada um serviço prestado aos eleitores, há que cumprir o dever de prestar contas com regularidade, e fazê-lo com total transparência.

No Parlamento Europeu sou membro da Comissão da Indústria, Investigação e Energia, da Comissão dos Orçamentos e da Comissão sobre os Desafios Políticos e Recursos Orçamentais pós 2013. Sou ainda co-presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. Nestas diversas actividades tenho vindo a defender uma série de causas, entre as quais saliento as políticas relativas à produção e utilização eficiente de energia, o combate às alterações climáticas, a defesa das políticas de juventude, a promoção da educação, da ciência e da inovação, o apoio às regiões desfavorecidas e aos países em desenvolvimento. São assuntos que conheço com grande profundidade, pois fazem parte da minha vida profissional há mais de trinta anos.

Obviamente, o balanço de um ano de actividade no Parlamento Europeu não cabe no espaço reservado a um artigo de jornal. Por isso vou referir apenas quatro momentos da minha actividade com relevância para a região do Alentejo.

Durante o último ano interpelei

várias vezes a Comissão Europeia acerca da intenção do Governo em investir, em Lisboa, verbas destinadas ao Alentejo e a outras regiões consideradas desfavorecidas. Depois destas iniciativas tive a satisfação de ver o Governo recuar parcialmente na sua intenção de usar a prerrogativa do “efeito de difusão”, mecanismo que permite executar em Lisboa verbas destinadas a outras regiões, a qual, apesar de legal, estava a ser utilizada de forma completamente injusta e injustificada.

Na área da Juventude, por minha iniciativa, o programa “Erasmus para Jovens Empreendedores” passará da fase piloto para se tornar num programa permanente. Neste programa, jovens que queiram criar uma empresa podem candidatar-se a um estágio de seis meses numa empresa sediada noutro estado membro. De igual modo, por proposta minha e do deputado José Manuel Fernandes, irá ser criado um novo programa “Erasmus Primeiro Emprego”, que permitirá aos jovens ter uma primeira experiência profissional noutro país da UE.

O meu primeiro relatório versou sobre a simplificação das regras de participação nos programas comunitários de ciência e inovação. Propus uma série de alterações que facilitarão a participação nestes programas de pequenas e médias empresas e de instituições de Ensino Superior.

As cidades representam cerca de 75% do consumo de energia na UE. Uma política efectiva de combate às alterações climáticas e melhoria da independência energética passa por aumentar a eficiência energética e introduzir energias renováveis em meio urbano. Assim, foi com muita satisfação que, no papel de relatora “sombra” pelo Partido Popular Europeu, consegui uma solução de compromisso que tornou possível financiar um novo programa europeu para recuperação urbana, promoção da eficiência energética e das energias renováveis em meio urbano, cujos beneficiários serão as autarquias locais e os governos regionais. O programa contribuirá para o relançamento da economia, pois criará muitos postos de trabalho ao mesmo tempo que reduzirá a importação nacional de combustíveis fósseis.

Para o próximo ano continuarei a trabalhar em prol dos interesses e dos anseios de todos os portugueses, e em particular da região do Alentejo, nas instâncias e fóruns europeus em que participo enquanto deputada eleita nas listas do PSD. Detalhes da minha actividade no Parlamento Europeu podem ser consultados em www.gracacarvalho.eu/. ▶